

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
NÚCLEO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM SANEAMENTO
AMBIENTAL



PLANO MUNICIPAL DE
SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DO
MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE - RS

PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Outubro/2015

ÍNDICE

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 5 |
| 1.1 | Abrangência Territorial do Planejamento | 5 |
| 2 | BASES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL..... | 10 |
| 2.1 | Justificativa..... | 10 |
| 2.2 | Princípios Norteadores..... | 13 |
| 3 | OBJETIVOS..... | 17 |
| 3.1 | Geral..... | 17 |
| 3.2 | Específicos..... | 17 |
| 4 | AÇÕES | 18 |
| 4.1 | UNIVERSO DO PLANO | 19 |
| 4.2 | Público Alvo..... | 19 |
| 4.3 | Direto..... | 20 |
| 4.4 | Indireto | 20 |
| 4.5 | Locais de Execução | 20 |
| 5 | METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS | 21 |
| 5.1 | ENCONTROS TÉCNICOS | 22 |
| 5.1.1 | Objetivo Macro da Atividade..... | 22 |
| 5.1.2 | Objetivos Imediatos da Atividade | 22 |
| 5.1.3 | Procedimentos Metodológicos | 22 |
| 5.2 | AUDIÊNCIAS PÚBLICAS..... | 23 |
| 5.2.1 | Objetivo Macro da Atividade..... | 23 |
| 5.2.2 | Objetivos Imediatos da Atividade | 23 |
| 5.2.3 | Procedimentos Metodológicos | 24 |
| 5.3 | PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO | 24 |

| | | |
|-------|--|-----|
| 5.3.1 | Objetivo Macro da Atividade..... | 244 |
| 5.3.2 | Objetivos Imediatos da Atividade | 25 |
| 5.3.3 | Procedimentos Metodológicos | 25 |
| 5.4 | CONSULTA PÚBLICA..... | 25 |
| 5.4.1 | Objetivo Macro da Atividade..... | 255 |
| 5.4.2 | Objetivos Imediatos da Atividade | 255 |
| 5.4.3 | Procedimentos Metodológicos | 26 |
| 5.5 | CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO ... | 266 |
| 5.5.1 | Objetivo Macro da Atividade..... | 266 |
| 5.5.2 | Objetivos Imediatos da Atividade | 27 |
| 5.5.3 | Procedimentos Metodológicos | 27 |
| 5.6 | COMUNICAÇÃO SOCIAL | 27 |
| 5.6.1 | Planejamento da Comunicação Social..... | 28 |
| 5.6.2 | Produção do Material Informativo..... | 29 |
| 5.6.3 | Relacionamento com a Imprensa..... | 31 |
| 5.7 | MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO..... | 322 |
| 6 | EQUIPE E PARCERIAS | 33 |
| 8 | CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO | 366 |
| 7 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 37 |
| 8 | ANEXO I | 39 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Mapa dos estados brasileiros..... | 6 |
| Figura 2: Mapa de localização de Arroio do Padre no Rio Grande do Sul | 7 |
| Figura 3: Mapa da mesorregião sudeste rio-grandense..... | 8 |
| Figura 4: Mapa da microrregião de Pelotas..... | 9 |
| Figura 5: Mapa da microrregião de Pelotas..... | 10 |
| Figura 6: Níveis de influência dos cidadãos.. | 14 |
| Figura 7: Níveis de participação social segundo o grau de envolvimento da comunidade na elaboração de Planos Municipais de Saneamento. | 15 |
| Figura 8: Modos básicos de participação social da comunidade nos Planos Municipais de Saneamento. | 16 |
| Figura 9: Diagrama dos objetivos do Plano de Comunicação e Mobilização Social. | 18 |
| Figura 10: Diagrama das atividades a serem desenvolvidas. | 21 |
| Figura 11: Questões fundamentais do Planejamento de Atividades de Comunicação Social..... | 29 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: Equipe Técnica..... | 33 |
| Tabela 2: Equipe de Fiscalização da Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento – SAMAD..... | 34 |
| Tabela 3: Composição do Comitê de Coordenação Política de Saneamento Básico e do PMSB..... | 35 |
| Tabela 4: Composição do Comitê Executivo da Política de Saneamento Básico e do PMSB..... | 36 |
| Tabela 5: Cronograma Físico das Atividades do Programa de Comunicação e Mobilização Social – PCMS..... | 36 |

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho é parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) do município de Arroio do Padre / RS. Ele baseia-se integralmente no Termo de Referência estabelecido pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e com suas Diretrizes e Parâmetros publicados em outubro de 2011.

O Termo de Referência estabelece a obrigatoriedade de um Plano de Mobilização Social, que visa desenvolver ações para a sensibilização da sociedade quanto à sua importância e sua participação no processo de sua elaboração atendendo ao inciso V do art. 9º da Lei 11.445/07 que determina estabelecer mecanismos de controle social, nos termos do inciso IV do art. 3º desta Lei.

Com o controle social, o Plano Municipal de Saneamento deixa de ser um procedimento exclusivamente técnico, guiado exclusivamente por razões instrumentais, para ser um instrumento de política participativa e democrática.

Assim, neste trabalho estão contempladas as sugestões e recomendações colhidas pelo Comitê Executivo nos diferentes canais de acesso estabelecidos como forma de ordenar a participação.

1.1 Abrangência Territorial do Planejamento

A abrangência territorial do planejamento pode ser analisada através dos mapas, ilustrados nas Figuras a seguir.



Figura 1:Mapa dos estados brasileiros.

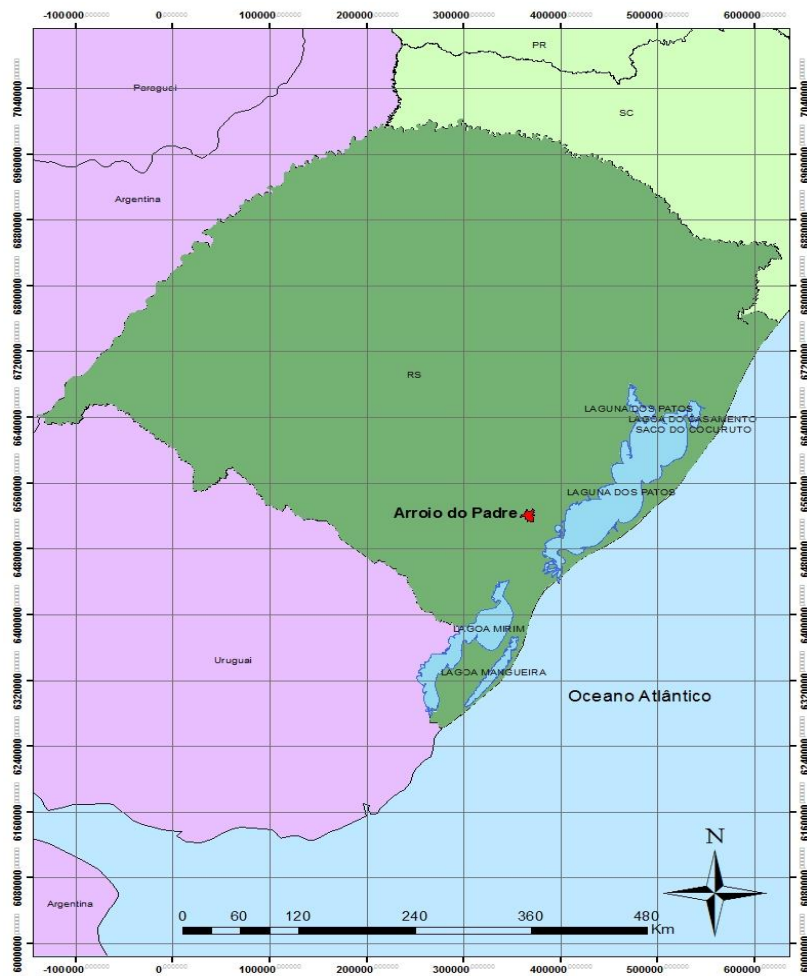


Figura 2: Mapa de localização de Arroio do Padre no Rio Grande do Sul



Figura 3: Mapa da mesorregião sudeste rio-grandense.



Figura 4: Mapa da microrregião de Pelotas.

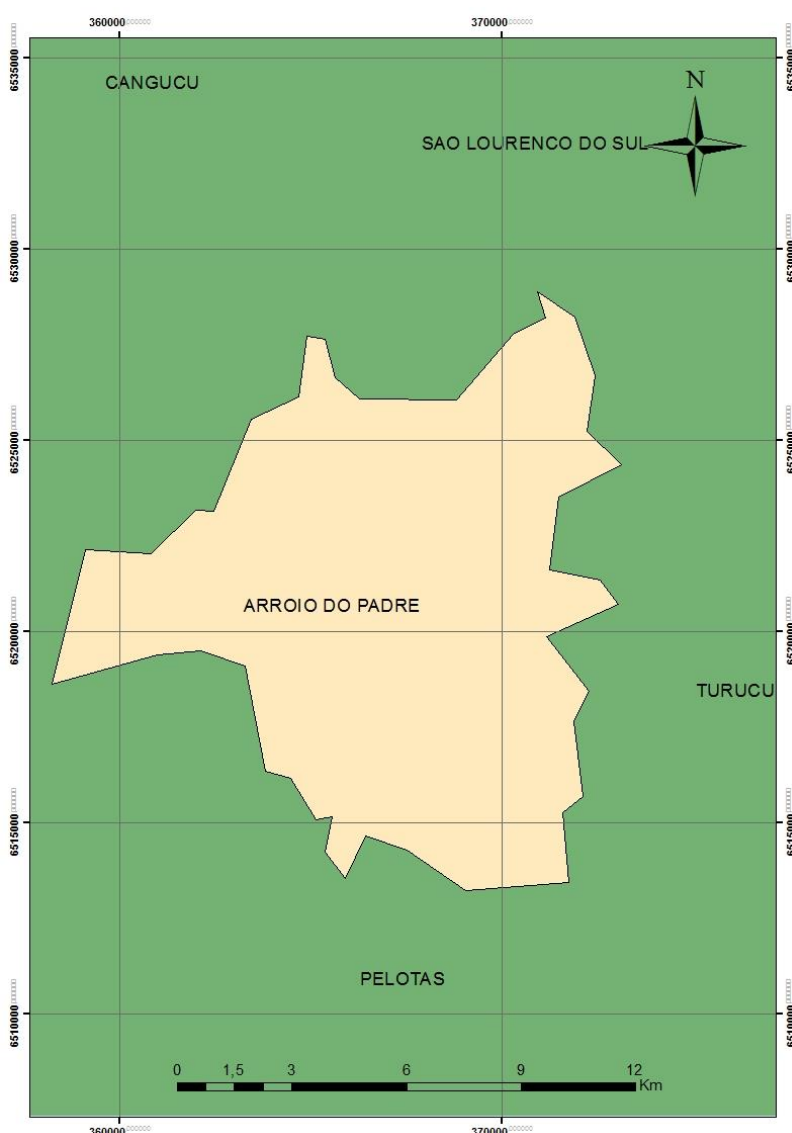


Figura 5: Mapa da microrregião de Pelotas.

2 BASES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

2.1 Justificativa

O presente Plano de Comunicação e Mobilização Social – PCMS gerencia todo o processo de planejamento das ações que serão realizadas no município, definindo seus objetivos, metas e escopo da mobilização, além do

cronograma e das principais atividades desenvolvidas durante a elaboração do PMSB envolvendo a participação popular e controle social.

O direito à participação da sociedade nos processos de formulação, planejamento, execução e fiscalização de políticas públicas está incorporado em vários mecanismos legais como a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 8.080/1990; a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9.433/1997; e o Estatuto das Cidades, Lei nº 10.257/2001, o que não difere na Lei nº 11.445/2007 que em seu Art. 2º, estabelece a importância da participação e controle social na formulação de políticas e planos de saneamento como princípio fundamental da prestação dos serviços, o controle social.

Nesse sentido, as novas diretrizes para o saneamento básico no país trazem em seu bojo elementos fundamentais para a garantia da participação, quais sejam: (i) o acesso à informação, (ii) a representação técnica; e (iii) a participação na formulação, no planejamento e na avaliação das políticas de saneamento básico.

Na formulação da política pública de saneamento básico, a Lei determina, no seu art. 9º, a necessidade dos titulares fixarem os direitos e deveres dos usuários e os mecanismos de controle social. No que se refere ao controle social, o art. 47 estabelece que o controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação em órgãos colegiados de caráter consultivo assegurado a representação:

- I. dos titulares dos serviços;
- II. de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- III. dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- IV. dos usuários de serviços de saneamento básico;
- V. de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Para definir a política pública de saneamento, os municípios e estados podem compor um conselho ou utilizar outro órgão colegiado existente, desde que garantida a representação de diversos segmentos da sociedade, incluindo

a sociedade civil organizada. Tal estratégia é usada em outras áreas da administração pública, como de meio ambiente, saúde, educação e recursos hídricos, e tem se mostrado importante nos processos de democratização das políticas públicas e na definição de políticas mais compatíveis com as realidades e demandas locais (Brasil, 2011).

Conforme o art. 11, inciso V da Lei nº 11.445/2007 fica estabelecido a necessidade da definição de mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços, bem como nas contratações de serviços públicos de saneamento.

No que tange ao planejamento, a Lei define que a prestação de serviços públicos de saneamento básico deve visar a um Plano de Saneamento Básico cuja elaboração deverá assegurar a ampla divulgação das propostas dos planos de saneamento básico e dos estudos que as fundamentem, inclusive com a realização de audiências ou consultas públicas conforme § 5º do art. 19 da Lei do Saneamento.

Quanto à regulação dos serviços públicos de saneamento, a lei prevê a elaboração de normas que deverão abranger, dentre outros itens: os padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação (inciso X do art. 23 da Lei 11.445/2007).

Em resumo, o controle social tido no Art. 3º da Lei nº 11.445/2007, como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”, é princípio fundamental da referida Lei, deve ser garantido nas diversas funções de gestão dos serviços públicos de saneamento básico, ou seja: no planejamento, na prestação dos serviços, na regulação e na fiscalização. Para tanto, a lei prevê a necessidade do estabelecimento de normas e mecanismos para que este controle social se efetive. A lei define o direito ao acesso à informação; a necessidade da realização de consultas e audiências públicas como condição para a validade dos contratos e a divulgação dos estudos e das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico para discussão com a sociedade. Além disso, os municípios e estados podem compor um Conselho ou utilizar outro existente

para, dentre outras atribuições, proporcionar o controle social na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas, planos, programas e projetos (BRASIL, 2011).

2.2 Princípios Norteadores

Muitas são as ferramentas e os instrumentos utilizados para o planejamento disponíveis na literatura, no entanto, o processo de planejamento do setor de saneamento do município de Arroio do Padre deve ter caráter contínuo e desenvolvido em diversas etapas. A começar pela mobilização social, que é um termo comumente confundido com manifestações públicas, passeatas, marchas populares, entre outros, ainda que eventos desse tipo possuam um papel fundamental para a democracia.

Também é importante destacar que a participação social é necessária para o planejamento sustentável do município, mas não suficiente. As técnicas de participação melhoram, sem sombra de dúvida, o conhecimento dos problemas da cidade e promovem o envolvimento da sociedade no diagnóstico e na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, mas requerem a existência de um “filtro crítico” que deve ser fornecido por profissionais com formação técnico-científica e experiência. Sem a contribuição desses profissionais, a participação da comunidade pode-se diluir em contradições sem obter nenhum resultado. Por isso, a valorização da participação da sociedade não diminui o papel dos técnicos, pelo contrário, entende-se que isso torna a sua tarefa ainda mais complexa e responsável.

A participação das pessoas, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não se pode falar da participação apenas como pressuposto, mas também como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Obviamente ela se caracteriza como tal, mas a participação cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado. Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso utiliza-se o termo “convocar”, porque a

participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças.

A garantia de promoções continuadas no setor de saneamento básico só pode ocorrer com a existência de uma política de gestão que incorpore a participação efetiva da sociedade. Como vimos no item anterior, a importância da participação e controle social na formulação de políticas e planos de saneamento básico foi reconhecida na Lei Nacional de Saneamento Básico que define como princípio fundamental da prestação dos serviços.

De acordo com o Ministério das Cidades (2011), os níveis de participação social definem-se de acordo com o grau de envolvimento da comunidade na elaboração do PMSB. É proposta uma classificação quanto à participação em seis níveis, variando da menor participação (nível zero) para a maior (nível seis), conforme descrito a seguir.


| | | |
|---|---|-----------------------------------|
|  | 6 | Controla o processo |
| | 5 | Possui poder por delegação |
| | 4 | Elabora conjuntamente |
| | 3 | Opina |
| | 2 | É consultada |
| | 1 | Recebe informações |
| | 0 | Nenhum |

Figura 6: Níveis de influência dos cidadãos. Fonte: Adaptado do Guia para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.

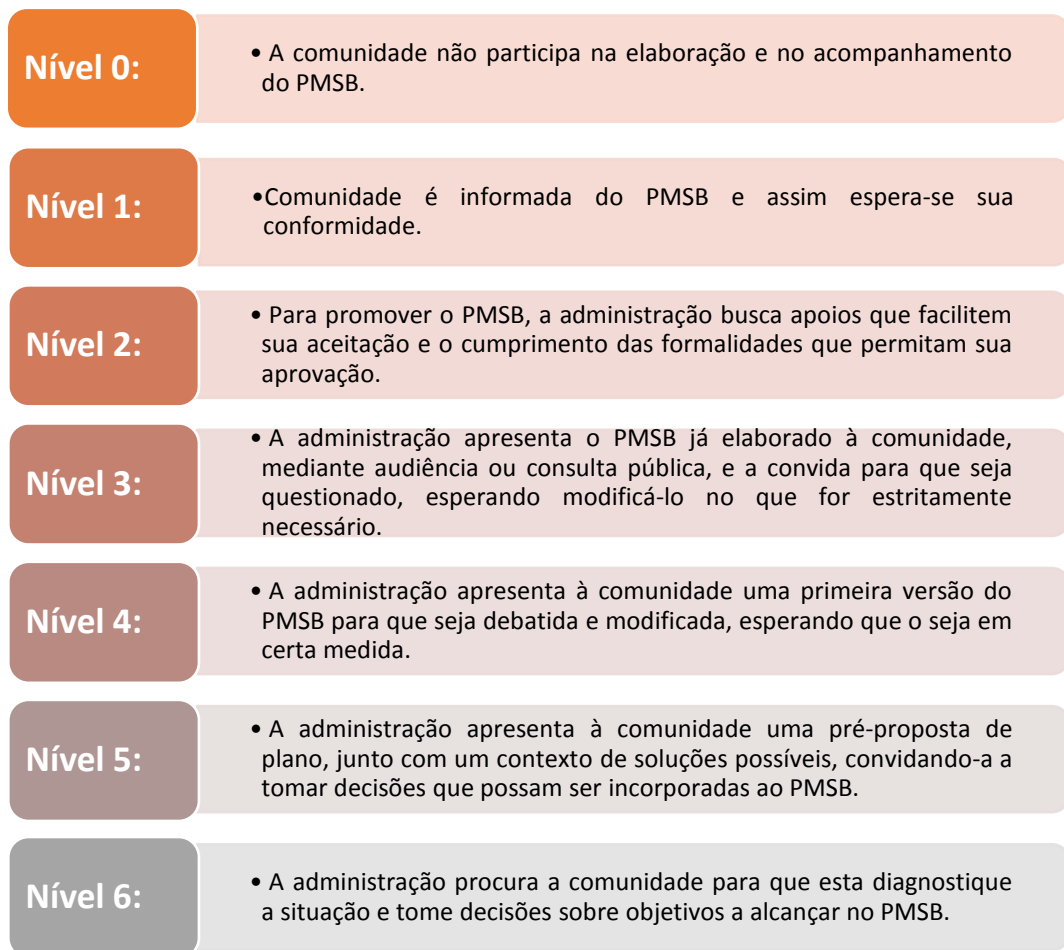


Figura 7: Níveis de participação social segundo o grau de envolvimento da comunidade na elaboração de Planos Municipais de Saneamento.

As formas de participação da sociedade organizada são múltiplas e a sua definição reveste-se de grande importância. O objetivo da participação cidadã é conseguir o verdadeiro envolvimento da comunidade na tomada de decisões que vão estabelecer nada menos que a configuração do sistema, isto é, infra-estrutura e atividades de saneamento básico do município. Diante disto, para que possamos ter um Plano Municipal de Saneamento efetivamente participativo, recomenda-se fixar estratégias de atuação para alcançar os níveis mais elevados de participação, quais sejam: níveis 4, 5 ou 6, conforme apresentado na Figura.

Obviamente, a participação da sociedade não pode ocorrer de um modo descontrolado, o que só conduziria a frustrações desnecessárias. Como dito anteriormente, existem inúmeras formas de participação social, no entanto o

Guia para elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico apresenta três modos básicos de atuação que servem para alcançar os objetivos, (vide Figura 8). É importante salientar que nessas três formas básicas de participação deve haver a presença ativa da Administração Municipal, colaborando no desenvolvimento do processo e assessorando a comunidade participante. No que diz respeito aos participantes, três grandes grupos podem resumir as comunidades na elaboração do PMS:

- i. Organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, etc;
- ii. População exterior, mas próxima à área afetada pelo PMS;
- iii. População residente no município.



Figura 8: Modos básicos de participação social da comunidade nos Planos Municipais de Saneamento.

O planejamento dos serviços de saneamento tem por finalidade a valorização, a proteção e a gestão equilibrada dos recursos ambientais municipais, assegurando a sua harmonização com o desenvolvimento local e setorial através da economia do seu emprego e racionalização dos seus usos.

Sendo assim, um Plano de Saneamento deve procurar atender a princípios básicos, os quais deverão ser discutidos e acordados com a sociedade.

3 OBJETIVOS

O Plano de Comunicação e Mobilização Social tem por base o disposto no Termo de Referência para elaboração do Plano Municipal de Saneamento de Arroio do Padre, bem como as diretrizes do Ministério das Cidades, e seus objetivos são divididos em: (I) geral, Focando a relevância da participação da sociedade, justificada pela necessidade de um PMSB; e (II) específicos, que por sua vez possuem caráter operacional.

A Figura 9 mostra o diagrama dos objetivos do PCMS, sendo que aquelas questões de ordem mais prática foram incluídas no Item Ações.

3.1 Geral

Sensibilização para a importância do Plano Municipal de Saneamento Básico e a relevância que tem a participação da sociedade em sua elaboração.

3.2 Específicos

A sensibilização da sociedade deverá ser buscada por meio dos seguintes objetivos específicos:

- A participar do processo de planejamento dos serviços de saneamento básico;
- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB;
- Disponibilizar as informações necessárias a participação qualificada da sociedade nos processos decisórios do PMSB
- Garantir a avaliação e respostas as todas as emendas, assim como fiscalização e regulação dos serviços de saneamento básico.



Figura 9: Diagrama dos objetivos do Plano de Comunicação e Mobilização Social.

4 AÇÕES

Para que sejam alcançados os objetivos descritos acima, deverão ser realizadas as seguintes ações:

- Identificar os diferentes seguimentos de organizações sociais no município;
- Levantamentos da participação social no município;
- Realizar reuniões dinâmicas com ampla participação social para estimular os participantes;
- Levantar os possíveis sistemas de comunicação locais, bem como sua capacidade de difusão das informações;
- Possibilitar o acesso a informações necessárias à participação qualificada da sociedade no Plano;
- Possibilitar o entendimento dos diferentes setores de segmento público as informações técnicas;

- Estimular o comprometimento da sociedade e o cumprimento da participação da comunidade no processo de elaboração;
- Promover a discussão sob aspectos relacionados a fragilidades sentidas pela população em relação ao saneamento básico;
- Levantar prioridades de atendimento relacionadas a cada bairro/localidade;
- Coletar subsídios para a elaboração do PMSB;
- Submeter o PMSB a uma avaliação pelos conselhos municipais e demais atores sociais envolvidos com a temática do saneamento;
- Apresentar a versão final do PMSB para a população;
- Obter o parecer de aprovação da população interessada na construção do Plano, garantindo sua efetiva participação contemplando suas necessidades no PMSB;
- Averiguar se as informações concedidas pelos líderes comunitários conferem com os anseios da população;
- Buscar contemplar espaços já constituídos para a elaboração de outros planos, a exemplo do Plano Diretor, Plano de Habitação, Mobilidade Urbana;
- Estabelecer parcerias para mobilização da sociedade com universidades, empresas públicas, autarquias, secretarias, organizações comunitárias;
- Estabelecer parcerias com os conselhos municipais.

4.1 UNIVERSO DO PLANO

O universo do Plano de Comunicação e Mobilização Social - PCMS abrange a população residente total do município de Arroio do Padre/RS.

4.2 Público Alvo

O PCMS busca envolver a população de forma direta e indireta, considerando a participação de muitas e diferentes pessoas, conforme detalhamento a seguir.

4.3 Direto

O público alvo direto do PMSB são os agentes que se relacionam de forma mais concreta e imediata com a área de saneamento básico, sendo que o êxito do PCMS depende em grande parte de sua participação. Abrangem as organizações sociais, econômicas, profissionais, políticas, culturais, lideranças comunitárias, movimentos sociais, conselhos municipais, entre outros atores sociais.

4.4 Indireto

Toda a parcela da população que se relaciona de forma mais passiva com a temática do saneamento básico. Durante o processo de elaboração do PMSB pretende-se transformar parte do público indireto em população diretamente envolvida por meio da consolidação das audiências públicas e da conferência municipal.

4.5 Locais de Execução

De acordo com o Termo de Referência para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a execução do PCMS deve ser programada por Unidade Censitária com encontros previstos para o segundo, quarto, sexto, oitavo e décimo mês após a entrega do respectivo plano, sendo que ao término de cada encontro deverá estar prevista Audiência Pública como conclusão do processo em cada Unidade. Porém como o município tem uma população muito pequena nas unidades censitárias o que dificulta o quórum nesses locais as audiências públicas se farão no Centro do município onde há uma maior mobilização das pessoas devido sua localização.

Portanto os eventos foram distribuídos em várias etapas, contemplando a realização dos encontros técnicos, audiências públicas, Pré-Conferência Municipal de Saneamento Básico, Consultas Públicas e Conferência Municipal de Saneamento Básico.

O local para a realização dos eventos foram sugeridos em função de sua localização central dentro da região central do município, podendo ser substituído por razões de agenda ou da opção por espaços maiores e dotados

de melhor infra-estrutura, em local central, com facilidade de acesso e transporte público.

5 METODOLOGIA E ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

A proposta metodológica para elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização Social fundamenta-se no princípio do controle social, estabelecido pela Lei 11.445/07 (inciso IV, do art. 3º), que consiste em “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.

Durante a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, atividade a ser realizada a partir da inserção social, por meio de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

Exemplo estrutura metodológica do PCMS que contempla diferentes níveis de atividades conforme ilustrado na Figura 10.

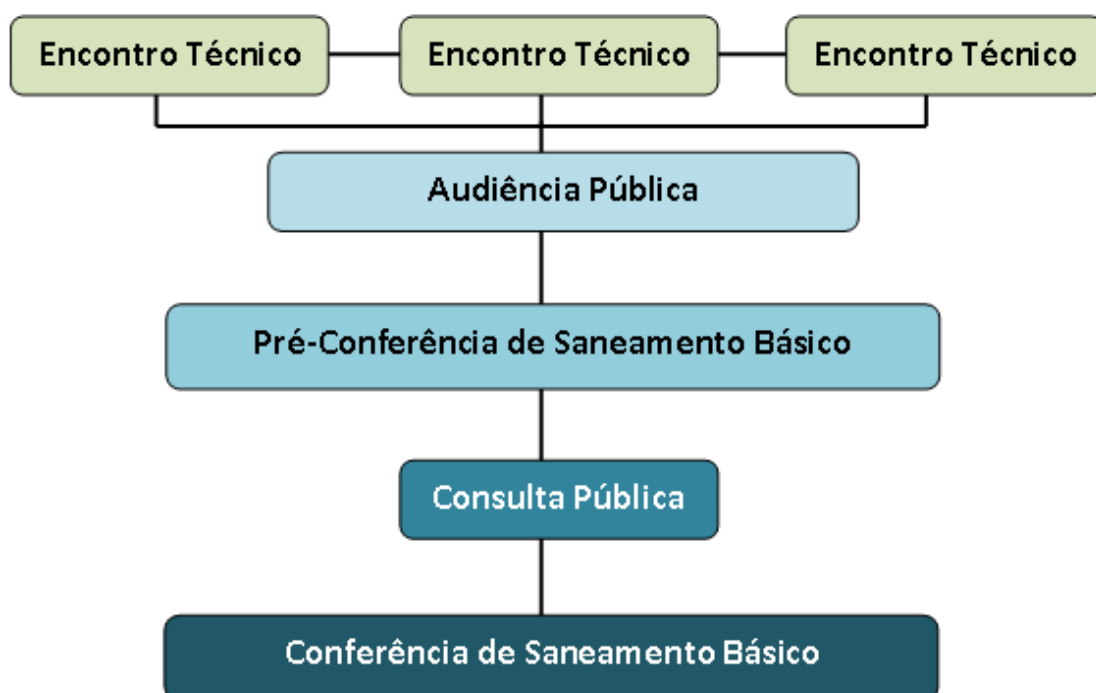


Figura 10: Diagrama das atividades a serem desenvolvidas.

Nos itens subsequentes descrevem-se as atividades previstas.

5.1 ENCONTROS TÉCNICOS

A atividade a ser realizada a partir da inserção da equipe técnica na comunidade, onde se pretende estabelecer espaços de diálogo acerca do processo de construção do PMSB, obedecendo ao princípio da ação participativa, um dos principais pilares construtivos do presente documento.

5.1.1 Objetivo Macro da Atividade

Apresentar a proposta e colher informações com representantes das associações de bairros ou de moradores, sobre a situação atual do saneamento básico do município.

5.1.2 Objetivos Imediatos da Atividade

- Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico;
- Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB;
- Listar as prioridades de atendimento da população envolvida;
- Coletar subsídios para a elaboração do PMSB.

5.1.3 Procedimentos Metodológicos

Roteiro dos encontros técnicos terão as seguintes ações, que servirão como base para orientação à membros da equipe:

- Apresentação da equipe;
- Esclarecer os objetivos e metodologia do PMSB;
- Esclarecer os objetivos dos Encontros Técnicos e a importância da participação da comunidade nas Audiências Públicas e demais eventos;
- Coordenar o trabalho de grupo garantindo a participação de todos os envolvidos;
- Incentivar o grupo a expor suas ideias;

- Sistematizar as falas construindo ideias que serão registradas em ata.

A partir de questões levantadas pelo condutor, espera-se que os envolvidos contribuam com ideias e sugestões, de forma objetiva e espontânea, para solução de problemáticas relacionadas ao saneamento básico, estimulando a comunidade a refletir conjuntamente com a equipe técnica.

Nessa instância serão levantadas questões quanto à dotação de infraestrutura e de qualidade dos serviços de abastecimento e tratamento de água, de esgotamento sanitário, de coleta e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais, a fim de nortear a discussão e facilitar o encaminhamento dos resultados.

Além das anotações, mapas impressos serão utilizados como forma de registrar e especializar os principais problemas de saneamento básico de cada bairro/localidade, que serão apontados pelos membros da comunidade.

5.2 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Atividade aberta a toda a população, que consiste em uma derivação da atividade anterior (encontro técnico), abrangendo, especialmente o máximo de pessoas possível.

5.2.1 Objetivo Macro da Atividade

Apresentar a proposta de trabalho do PMSB e a sintetização das informações obtidas nos Encontros Técnicos, para a população da área de abrangência.

5.2.2 Objetivos Imediatos da Atividade

- Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico;
- Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB;

- Listar as prioridades de atendimento aos serviços de saneamento básico ,apontadas pelos representantes de cada bairro/localidade;
- Verificar se as informações fornecidas pelos líderes comunitários coincidem com os anseios da população da área de abrangência.

5.2.3 Procedimentos Metodológicos

As audiências públicas terão como roteiro as seguintes ações sequenciais, que servirão como base de orientação para o condutor e demais membros da equipe:

- Apresentação da equipe;
- Esclarecer os objetivos e metodologia do PMSB;
- Esclarecer os objetivos dos Encontros Técnicos, das Audiências Públicas e a importância da participação da comunidade;
- Enumerar as prioridades apontadas pelos representantes de cada bairro/localidade;
- Oportunizar um espaço para críticas, sugestões e questionamentos pela população;
- Sistematizar as falas, de modo a focar nas questões relevantes que não foram apontadas na etapa anterior, registrando-as em ata.

5.3 PRÉ-CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Atividade que visa submeter o PMSB a um comitê consultivo composto por atores sociais ,principalmente da sociedade civil organizada, tais como: Organizações não Governamentais (ONG's), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), associações, cooperativas, sindicatos, movimentos sociais, conselhos municipais, comitê de bacia hidrográfica, companhias de saneamento, universidades, instituições, gestores públicos, parlamentares, entre outros.

5.3.1 Objetivo Macro da Atividade

Submeter o PMSB a uma avaliação pelos conselhos municipais e demais atores-chave diretamente envolvidos com a temática do saneamento.

5.3.2 Objetivos Imediatos da Atividade

- Buscar contemplar espaços já constituídos para a elaboração de outros planos, a exemplo do Plano Diretor, Plano de Habitação, Mobilidade Urbana.
- Estabelecer parcerias para mobilização da sociedade com universidades, empresas públicas, autarquias, secretarias, organizações comunitárias.
- Estabelecer parcerias com os conselhos municipais.

5.3.3 Procedimentos Metodológicos

A Pré-Conferência Municipal de Saneamento Básico deverá ser realizada tendo como orientação os seguintes procedimentos:

- Apresentação da equipe;
- Explanar sobre o processo de construção social do PMSB;
- Apresentar os resultados obtidos;
- Oportunizar críticas, sugestões e questionamentos por parte dos atores que compõem o comitê consultivo;
- Sistematizar as falas, de modo a focar nas questões relevantes, registrando-as em ata e incorporando-as ao documento final.

5.4 CONSULTA PÚBLICA

Atividade destinada à apreciação da versão preliminar do PMSB por parte da população que será motivada a dar seu parecer por meio de consulta pública.

5.4.1 Objetivo Macro da Atividade

Obter o parecer da população interessada diretamente na construção do plano, garantindo que suas opiniões e necessidades estejam contempladas no PMSB.

5.4.2 Objetivos Imediatos da Atividade

- Divulgar amplamente a atividade;
- Coletar contribuições da população ao PMSB;

- Avaliar as contribuições enviadas;
- Garantir respostas à população e divulgar resultados;

5.4.3 Procedimentos Metodológicos

A Consulta Pública deverá ter suas diretrizes estabelecidas por Portaria Municipal conforme Termo de Referência para elaboração do PMSB. No Anexo I são apresentados, como referencial técnico e legal, a Portaria do Ministério das Cidades nº330/2012, de 25 de julho de 2012, que torna pública a realização de Consulta Pública sobre a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB, e a Instrução Normativa nº 12, de 14 de junho de 2012, que Altera a Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2011, que regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referentes à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

As críticas e sugestões, exclusivamente sobre a proposta de texto do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB, devidamente justificadas, deverão ser encaminhadas por escrito, por meio de formulário eletrônico interativo, a ser disponibilizado em seção específica do site <http://wp.ufpel.edu.br/alm/pmsb>.

A seção específica do site deverá ter uma interface “amigável”, intuitiva e de fácil localização das informações para a coleta e divulgação dos resultados da Consulta Pública, bem como o uso de ferramentas computacionais adequadas para apuração e sistematização dos resultados.

5.5 CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Atividade que tem por finalidade a apresentação e entrega do produto final do Plano Municipal de Saneamento Básico, direcionada a toda a população do município.

5.5.1 Objetivo Macro da Atividade

Apresentar para a população do município do Arroio do Padre a versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB.

5.5.2 Objetivos Imediatos da Atividade

- Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico.
- Estimular o diálogo considerando a tradução do saber técnico e saber popular por meio de reuniões.

5.5.3 Procedimentos Metodológicos

A Conferência Municipal de Saneamento Básico deverá ser realizada tendo como orientação os seguintes procedimentos:

- Apresentação da equipe;
- Destacar a importância do papel da sociedade na construção do PMSB;
- Apresentar os resultados obtidos;
- Entrega formal da versão final do PMSB.

5.6 COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na essência da ação conduzida pelos movimentos sociais está a mobilização, tendo em vista que sem apoio, dificilmente uma organização conseguirá promover mudanças capazes de gerara transformação desejada. Para tanto, é necessário à união dos cidadãos, das organizações sociais e do poder público, todos afinados em busca de um mesmo ideal. A comunicação surge como base fundamental para esse processo. Afinal, mobilizar é comunicar sentidos, compartilhar expectativas, discutir e construir consensos e estratégias em torno de um mesmo horizonte.

Tendo como premissa a participação da sociedade e a oportunidade de discussão criada aos cidadãos do município para que eles possam discutir aspectos relacionados ao saneamento básico, estão previstos no processo de elaboração do PMSB, o uso dos instrumentos de comunicação social. Esses instrumentos visam divulgar e mobilizar a população, em seus diferentes segmentos, para sua efetiva participação na construção do PMSB.

A seguir são detalhadas informações acerca das três etapas previstas para o desenvolvimento da atividade de Comunicação Social, quais sejam: Planejamento da Comunicação Social; Produção do Material Informativo; e Relacionamento com a Imprensa.

5.6.1 Planejamento da Comunicação Social

No processo de mobilização social, mais do que sensibilizar as pessoas para a importância de planejar o saneamento básico municipal, é preciso mostrar que todas podem e devem contribuir na elaboração do PMSB.

Para a convocação das pessoas será realizado um planejamento em um primeiro momento para planejar as atividades de comunicação social de forma a evitar o risco de um efeito contrário. De modo geral, a tendência dos indivíduos é de se afastar quando não conseguem compreender sua função e os propósitos da ação. Para tanto é necessário estabelecer reuniões de planejamento entre a equipe responsável pelo PMSB para delinear e responder as seguintes questões: Por que comunicar?; Para que comunicar?; Com quem comunicar?; O que comunicar?; Como Comunicar?; Quem vai Comunicar?; conforme detalhamento apresentado no fluxograma a seguir.

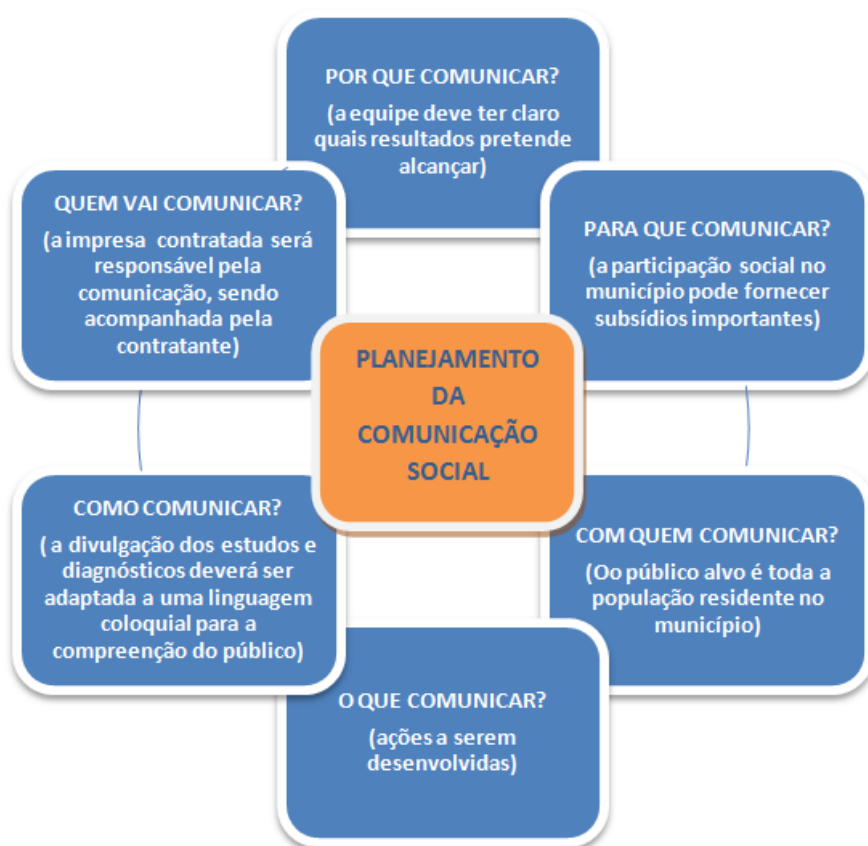


Figura 11: Questões fundamentais do Planejamento de Atividades de Comunicação Social.

5.6.2 Produção do Material Informativo

Após a fase de planejamento da comunicação, incluindo os levantamentos dos veículos de comunicação, público-alvo e conteúdos a serem trabalhados, vem a etapa de produção do material informativo. Previamente, se estabeleceu a produção e edição de materiais impressos, por seu registro mais duradouro, facilidade de distribuição e armazenamento. Em termos de projeto gráfico e linha editorial, será dada a preferência pela produção de materiais com textos sintéticos, mais objetivos e complementados por imagens que ajudem na compreensão do conteúdo. A seguir são apresentados os instrumentos básicos que serão utilizados na atividade de comunicação social.

5.6.2.1 Fôlder

Instrumento impresso de divulgação que traz de forma rápida, atraente e objetiva as principais informações sobre o Plano Municipal e Saneamento. O folder do PMSB descreverá resumidamente os seguintes conteúdos:

- Lei Nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico;
- Obrigatoriedade de elaboração de planos municipais de saneamento;
- Importância do saneamento básico para a melhoria das condições de vida da população;
- Importância da participação da sociedade no processo de construção do Plano.
- Objetivos, canais e formas de participação.

O folder deverá ter um caráter mais atemporal, isto é, que não traga informações que sejam superadas rapidamente durante o processo de elaboração do PMSB.

5.6.2.2 Cartaz

Instrumento impresso afixado de forma que seja visível em locais públicos, tendo como função principal divulgar uma informação visualmente. Os cartazes do PMSB, diferentemente dos folders, serão temporais, trazendo informações acerca dos eventos: audiências, consultas, pré-conferência e conferência.

5.6.2.3 Banner

Instrumento de comunicação impressa, tendo como objetivo a divulgação em espaços fechados. Os banners do PMSB serão utilizados nos eventos para apresentar visualmente as etapas do processo e sínteses dos estudos produzidos (diagnósticos, prognósticos, ações, instrumentos, etc.).

O material será produzido com base nos subsídios fornecidos na fase de planejamento da comunicação, bem como nos materiais de referência produzidos pelo Ministério das Cidades, com adequada sintonia entre as imagens e texto visando maior poder de “sedução” do público presente nos eventos.

5.6.2.4 Site

Com o acesso cada vez mais fácil, a internet tem se tornado uma das principais fontes de informação e de compartilhamento de conteúdos da

atualidade. Há diversas ferramentas que podem ajudar na veiculação de informação sobre os temas trabalhados para a mobilização social, sendo o site apenas uma delas. O Site é um espaço virtual composto por uma ou mais páginas e que pode ser acessado por meio de um endereço eletrônico. Por meio do site será possível disponibilizar um grande contingente de informações do PMSB, incluindo os estudos, agenda de eventos, resultados dos eventos, etc.

5.6.3 Relacionamento com a Imprensa

Os veículos de comunicação têm um papel fundamental na construção da opinião pública, pois se sabe que as mudanças sociais só acontecem quando são entendidas e consideradas desejáveis por muitas pessoas. Dessa forma é essencial estabelecer um canal de diálogo junto aos jornalistas aberto à discussão e à abordagem dos temas relacionados ao saneamento básico. De modo geral, os veículos de comunicação estão abertos à proposição de pautas da sociedade, mas para que elas sejam aceitas, precisam ser levadas ao lugar certo e na hora certa.

5.6.3.1 Mapeamento dos Veículos de Comunicação

Em um primeiro momento, será necessário identificar os veículos aos quais se pretende trabalhar durante a elaboração do PMSB, tais como jornais, rádios, TVs, etc. Posteriormente será elaborado um *mailing*, lista de contatos sobre veículos de comunicação, contendo nomes, telefones, fax, e-mails, cargos e editorias dos jornalistas. Também é desejável reunir informações sobre em quais dias e horários acontece a reunião de pauta, momento quando são fechados os assuntos que serão tratados e quem é o responsável por receber as sugestões de pauta.

Estão previstos a elaboração de comunicados de imprensa (releases), para informações sobre o andamento do PMSB, bem como comunicar a agenda dos eventos. Além dos releases, serão solicitados pedidos de pauta para agendamento de entrevistas e cobertura dos principais eventos, como a Conferência Municipal de Saneamento Básico. Esses materiais de imprensa deverão ser previamente aprovados pela equipe técnica da SMMA e posteriormente enviados ao mailing do PMSB.

5.6.3.2 Sensibilização

Após a etapa de mapeamento dos veículos, concomitantemente a elaboração do mailing serão realizadas reuniões com jornalistas para sensibilização sobre o tema do saneamento básico e a importância do PMSB para o futuro do município. Serão reunidas as principais informações sobre o processo, os desafios e os objetivos a serem alcançados, as quais permitam que os profissionais de imprensa possam pensar em termos oportunidade de pauta durante o período de elaboração do plano.

5.6.3.3 Atendimento e Entrevista

Quando uma organização começa a estabelecer um bom relacionamento com a mídia, é comum que os jornalistas, por iniciativa própria, passem a buscá-lo para ter informações, dados ou entrevistados para suas matérias. Quando isso acontece, é sinal de que a organização está sendo reconhecido como um bom interlocutor. Portanto, é importante que a equipe esteja organizada para ser ágil nos retornos, evitando causar má impressão ou até mesmo perdendo o contato com repórter.

A entrevista é um dos momentos mais importantes no processo de produção jornalística, mas também é um dos que mais gera polêmica. O convidado para uma entrevista é corresponsável por aquela informação que será veiculada e, por isso, precisa ter clareza ao passá-la ao jornalista. Por isso, a Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento - SAMAD deverá indicar previamente as pessoas responsáveis por falar sobre o PMSB para as solicitações de pauta de entrevista enviadas aos veículos de comunicação.

5.7 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano de Comunicação e Mobilização Social - PCMS prevê a implementação de um sistema de Monitoramento & Avaliação baseado na combinação de várias abordagens, com maior ênfase nas ferramentas baseadas em metas.

A dimensão Monitoramento consistira na coleta sistemática e análise de como o PCMS evolui, buscando melhorar a sua eficiência e a sua eficácia, envolvendo os seguintes aspectos:

- Estabelecer indicadores de eficiência, de eficácia e de impacto;
- Estabelecer sistemas para coleta de informações, relacionando os indicadores definidos;
- Coletar e armazenar a informação;
- Analisar a informação;
- Utilizar a informação para informar ao gerenciamento periódico.

A dimensão Avaliação terá um caráter formativo, sendo elaborada ao mesmo tempo em o PCMS estará sendo desenvolvido, e servirá basicamente para:

- Avaliar o que o PCMS pretende atingir;
- Reconhecer seu progresso em relação ao previsto, suas metas de impacto;
- Examinar se houve eficácia na estratégia proposta;
- Examinar se houve o uso eficiente dos recursos.

6 EQUIPE E PARCERIAS

A Tabela a seguir relaciona a equipe técnica a ser mobilizada à medida que a atuação de cada especialista se fizer necessária, em conformidade com o cronograma de alocação de equipe apresentada no Plano de Trabalho. Em função do andamento dos trabalhos, serão realizados os ajustes necessários ao bom andamento do PMSB e atendimento ao prazo de execução, de 16 meses.

Tabela 1: Equipe Técnica

| Nome | Função/Especialidade | Formação |
|-----------------------------|----------------------|---|
| Maurizio Silveira Quadro | Coordenador | Engenheiro Agrícola |
| Charles Froes | Técnico responsável | Ecólogo |
| Ana Luiza Bertani DallAgnol | Estagiária | Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária |
| Andressa Nozolli Rodrigues | Estagiária | Estudante de Engenharia Hídrica |
| Carliana Rouse Favretto | Estagiária | Estudante de Engenharia |

| | | |
|----------------------------------|------------|---|
| Cauana Schumann | Estagiária | Ambiental e Sanitária Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária |
| Gustavo Sarubbi Ferraz | Estagiário | Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária |
| Luiza Souza de Paula | Estagiária | Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária |
| Mélory Maria Fernandes de Araújo | Estagiária | Estudante de Engenharia hídrica |
| Renata Andrade Cezimbra | Estagiária | Estudante de Engenharia Ambiental e Sanitária |

Na Tabela 2 é apresentada a equipe de fiscalização da Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento - SAMAD, a qual será responsável entre outras prerrogativas, pelo acompanhamento do PCMS, aprovação do material de imprensa e gráfico produzido, interlocução em entrevistas nos veículos de imprensa, bem como presidir a mesa das audiências e conferências.

Tabela 2: Equipe de Fiscalização da Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento – SAMAD

| Nome | Cargo/Função |
|----------------------------|---|
| Juliano Hobuss Buchweitz | Sec. Agric. Meio–Ambiente e Desenvolvimento/Secretário |
| Raquel Silvana Neitzke | Sec. Agric. Meio–Ambiente e Desenvolvimento/Secretária |
| Gilnei Fischer | Sec. De Obras, Infraestrutura e Saneamento/Secretário |
| Renilda Vahl Bohrer | Sec. de Educação, Cultura, Esporte e Turismo/Secretária |
| Loutar Prieb | Sec. de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos/Secretário |
| Andréia Kerstner Schmeckel | Sec. de Saúde e Desenvolvimento Social/Secretária |

A formulação da Política Pública de Saneamento Básico, incluindo a o Plano Municipal de Saneamento Básico é compartilhada pelo Comitê de Coordenação e o Comitê de Executivo, responsáveis, respectivamente, pela coordenação e pela operacionalização do processo. Ambos os comitês acompanharão as ações de comunicação e mobilização social, especialmente no que se refere à criação de grupos de trabalho e apreciação do PMSB pelos

conselhos municipais. Nas Tabelas a seguir são apresentadas as suas composições:

Tabela 3: Composição do Comitê de Coordenação Política de Saneamento Básico e do PMSB

| Gabinete Prefeito | Cargo/Função |
|---|---|
| Leonir AldrighiBash | Prefeito Municipal |
| Luiz Carlos Lichtnow | Vice-Prefeito Municipal |
| Andiara Mendes Bonow | Chefe de Gabinete |
| Natana Denzer Krause | Assessora de Gabinete |
| Valdir Dos Santos | Assessor Jurídico |
| Secretaria de Agricultura, Meio-Ambiente e Desenvolvimento | Cargo/Função |
| Juliano HobussBuchwitz | Secretário |
| Rafael Rutz | Chefe de Agricultura |
| Secretaria de Obras, Infraestrutura e Saneamento | Cargo/Função |
| Gilnei Fischer | Secretário |
| Irineu Dummer | Chefe de Obras |
| Vilmar Ott | Diretor do Serviço de Abastecimento de Água |
| Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo | Cargo/Função |
| RenildaVahlBohrer | Secretária |
| Daniel Rocha | Diretor de Ensino |
| JosileneDummer | Chefe da Coordenação Pedagógica |
| Secretaria de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos | Cargo/ Função |
| LoutarPrieb | Secretário |
| André Mauricio Liske | Secretário Adjunto de Finanças e Tributos |
| RossanoLindemann | Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão |
| Estevão Wally Daumann | Chefe do Departamento de Compras |
| Magna Sabrina RoloffBohm | Chefe do Departamento Pessoal |
| Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social | Cargo/Função |
| Andréia Kerstner Schmeckel | Secretária |
| Josiela Schuch Wolter | Chefe do Departamento de Ações de Saúde |
| Daniela Rutz Bohrer | Coordenadora de Habitação e Urbanismo |

Valdemar Ricardo Neusshranck
 Andréia Neitzke Redis

Supervisor da Frota Municipal
 Coordenadora do CRAS

A Tabela 4 representa a Composição do Comitê Executivo da Política e Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme a seguir:

Tabela 4: Composição do Comitê Executivo da Política de Saneamento Básico e do PMSB

| | |
|------------------------|--|
| Raquel Silvana Neitzke | Coordenadora do Comitê Executivo – indicada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente |
|------------------------|--|

O PCMS deverá buscar ainda estabelecer parcerias para a consecução de seus objetivos, sendo indicados, a seguir, alguns atores estratégicos/segmentos para a comunicação e mobilização da população de Arroio do Padre.

8 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A sequência cronológica de desenvolvimento das etapas e atividades previstas para o Plano de Comunicação e Mobilização Social - PCMS é identificada no gráfico de barras constante na Tabela 5, apresentada em continuação. Este cronograma deverá ser ajustado a partir da segunda reunião com a fiscalização, que deverá aprovar as datas e locais dos encontros técnicos, audiências públicas, Pré-conferência e Conferência Municipal de Saneamento Básico e Consulta Pública.

Tabela 5: Cronograma Físico das Atividades do Programa de Comunicação e Mobilização Social - PCMS

| SET | OUT | NOV | DEZ | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO |
|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | AP | | AP | | AP | | AP | | AP | | AP |
| RT | RT | RT | RT | RT | RT | | RT | | RT | | RT |
| | | | | | | | | | | | |

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDI; Oficina de Imagens. **Comunicação e mobilização social**: orientações para incidir em políticas públicas. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Imagens, 2009. 80 p.; (Coleção Cadernos Novas Alianças; 1).

BOCK, UDO. **Briefing Básico de Comunicação para processos de Mobilização Social**. In: Congresso Brasileiro de Publicidade, 4., 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://cvirtualex-func-nu.bvs.br>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

BRASIL. **Lei 11.445, 5 jan. 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Publicado no DOU de 8.1.2007 e retificado no DOU de 11.1.2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jul. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. Resolução n. 25, de 18 de março de 2005. Publicado no DOU de 30.3.2005. : <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Organização Pan-Americana da Saúde. **Política e Plano de Saneamento Ambiental**: experiências e recomendações. 2 ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 148 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2011. 244 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 100 p. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

FERREIRA, JEFFERSON; ROBAINA, LUIS EDUARDO DE SOUSA. Expansão urbana e estabelecimento do risco aos desastres por inundação: o caso de Rio Grande/RS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO

ESPAÇO, 1 e SEMINÁRIO DE PÓSGRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, 20., 2010, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro:UNESP, 2010. p. 2376-2395. Disponível em: <sites.google.com/site/organizaçãodoespaco>. Acesso em: 26 jun. 2012.

GALVÃO JUNIOR, ALCEU DE CASTRO et al. **A Informação no Contexto dos Planos de Saneamento Básico**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010. 285 p. Disponível: <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2012.

LINO, ANTONIO. **Mobilização Social**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: <www.museudapessoa.net>. Acesso em: 27 jun. 2012.

TORO A., JOSÉ BERNARDO; WERNECK, NÍSIA MARIA DUARTE. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104

8 ANEXO I

PORTARIA Nº 330, DE 24 DE JULHO DE 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES

GABINETE DO MINISTRO

DOU de 25/07/2012 (nº 143, Seção 1, pág. 50)

Torna pública a realização de Consulta Pública sobre a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab.

O **MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES**, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e,

considerando a relevância da etapa de divulgação e debate da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) para o Brasil, previsto no parágrafo único do art. 51 da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, além do inciso II do art. 26 e do parágrafo único do art. 61 do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

considerando que coube à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades a coordenação da elaboração da proposta do PLANSAB ora em discussão, atribuída pelo inciso I do art. 52 da Lei 11.445/2007;

considerando o que disciplina a Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 12, de 14 de junho de 2012, ambas do Ministério das Cidades, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a realização de Consulta Pública sobre a Proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB.

Art. 2º - Poderão ser encaminhadas ao Ministério das Cidades, em até 61 (sessenta e um) dias, contados da publicação desta Portaria nº 330, de 24 de julho de 2012, sugestões que possam contribuir para o aperfeiçoamento do Plano, por intermédio do sistema de informação, disponível a partir do endereço eletrônico: <http://www.cidades.gov.br>.

Art. 3º - A disciplina desta Consulta Pública segue os dispositivos previstos na Instrução Normativa nº 22, de 10 de maio de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 12, de 14 de junho de 2012, e pela Instrução Normativa nº 26, de 3 de setembro de 2012, todas do Ministério das Cidades.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.